

XCIV anos da Revolução Constitucionalista do MMDC

Movimento mostrou a força política de São Paulo e fez Vargas mudar seu rumo de governo

Por **Marcelo Perillier**

Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Os nomes como eram conhecidos os quatro estudantes mortos pelas tropas federais num protesto contra o governo de Getúlio Vargas. Suas iniciais (MMDC) originaram um movimento que não apenas recolocou São Paulo na ponta de cima da política brasileira, como também fez uma das maiores raposas felpudas da história do Brasil a se rearranjar para continuar na presidência. O 9 de julho de 1932 pode ficar esquecido na memória de muitos, mas, para quem é do estado de São Paulo, pode até gostar por ser feriado, só que precisa saber ao certo o que está por trás desta data.

Novembro de 1930, Vargas assume a presidência do Brasil de forma provisória, a partir de uma revolução conduzida por militares, para tirar Washington Luís do Catete e não fazer com que Júlio Prestes tomasse sua cadeira. A escolha do baixinho de São Borja, do Rio Grande do Sul, vai muito além por ter sido a cabeça da chapa de oposição. Pelos laços que sua família tinha no meio militar, era natural que ele arquitetasse formas de ser o escolhido para a tarefa de reconduzir o Brasil e tirar a soberania paulista do poder.

Grupos políticos de São Paulo se mostraram, acima de tudo, fiéis ao estado e à população

Da sua viagem de São Borja para o Rio de Janeiro, foi planejando com aliados quem seria o interventor de cada estado. São Paulo foi a pedra no sapato, pois queria alguém de pulso firme, mas que fosse quase que uma marionete do Catete. Vários nomes foram postos à mesa. O principal deles, Francisco Morato, fundador do Partido Democrático (PD), que apoiou Vargas nas eleições e também na revolução. Outro, do tenentista Miguel Costa, fundador da Legião Revolucionária, que poderia fazer média com os militares. Ao anunciar o tenente João Alberto como o interventor, Vargas fez o que



Combate entre tropas paulistas e federais ocorreu por trincheiras nas matas do estado



Constituição de 1934 foi promulgada em 16 de julho



Getúlio Vargas foi eleito, de forma indireta, o presidente do Brasil

queria. No segundo escalão, jogou os apoiadores da revolução de 1930, para deixá-los tranquilos.

A imprensa paulista, no princípio de seu governo provisório, apoiou Vargas, exaltando seu projeto de reconstrução do país. E os compadres políticos, também. Porém, o castelo começou a ruir e as divergências entre João Alberto e os liberais-democráticos começaram a estremecer. O tenente não durou dois meses como interventor e, para agradar os políticos do PD, indicou como substituto um civil: Plínio Barreto, redator da Folha de São Paulo. Vargas fora con-

tra a ideia, mas sabia que precisava do apoio dos democratas. Ele, então, impôs uma condição: manter Miguel Costa na equipe do governo paulista. Barreto declinou o convite e continuou no jornal da família Mesquita. O juiz Laudo de Camargo assumiu o posto. Durou pouco, assim como seu sucessor, o tenente-coronel Manuel Rebelo. Vargas sentia que São Paulo era mesmo o calcanhar de seu projeto político e que acalmar os ânimos no estado seria difícil. Ao nomear o fundador da Academia Paulista de Letras Pedro de Toledo como interventor, Vargas praticamente fez o navio ser

bombardeado por todos os lados. A nau estava prestes a afundar. E para piorar, a população começou a se rebelar, com greves e manifestações. Numa delas, quatro estudantes foram mortos por tropas federais — Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Vargas, com isso, perdera São Paulo, que, agora, unida, partiria para o ataque contra o presidente provisório do Brasil.

A cobrança pelo fim dos interventores e pela convocação de uma Assembleia Constituinte aumentou significativamente. E não apenas os civis estavam contra Vargas, como também políticos e militares. A raposa tinha que ser mais astuta do que já era, mas não conseguia meios para driblar o motim. Em 9 de julho de 1932, explode a revolução em São Paulo contra o Governo Provisório. Tropas federais e paulistas lutaram, por meses, em várias frentes. No fim da batalha, não houve perdedores, mas dois vencedores.

Vargas conseguiu controlar os revolucionários do MMDC que, por sua vez, viram o presidente provisório anunciar o que mais queriam: a convocação de uma Assembleia Constituinte. Todavia, a astúcia de Vargas ficou mais clara na data, já que ela ficou para 1933, com a eleição dos deputados para o primeiro semestre e a discussão da nova constituição para o segundo. Por fim, a nova Carta Magna do Brasil só veio a ser promulgada em 16 de julho de 1934, com a primeira eleição sendo indireta. O resultado: Vargas eleito, desta vez, para um governo constitucional.